



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo TC nº 12312/09

Polícia Militar da Paraíba. Reforma por Invalidez. Preenchidos os requisitos legais e estando correto o valor atribuído, concede-se o competente registro.

Acórdão AC2-TC 1431/2010.

1. **PROCESSO TC Nº:** 12312/09
2. **ORIGEM:** Paraíba Previdência - PBprev
3. **DADOS SOBRE A REFORMA:**
 - 3.1. - **REFORMANDO(A):**
 - 3.1.1. - **NOME:** Adeildo José de Andrade
 - 3.1.2. - **QUALIFICAÇÃO:** 3º Sargento PM, matrícula nº 516.614-4, lotado na Polícia Militar da Paraíba.
 - 3.1.3. - **TEMPO DE SERVIÇO:** 19 anos, 00 meses e 16 dias.
 - 3.1.4. - **IDADE:** 40 anos
 - 3.2. - **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 94, II e 96, III, da Lei 3.909/77, Leis 9.717/98 e 7.517/03, com as vantagens da Lei 5.701/93, art. 11, 12 e 14 c/c art. 6º da Lei 7.165/02.
 - 3.3. - **DATA DO ATO:** 17/10/2008, retificado em 13/09/2010.
 - 3.4. - **ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO:** DOE de 24/10/2008, republicado em 05/10/2010
 - 3.5. - **AUTORIDADE EMITENTE:** Presidente da PBprev
4. **RELATÓRIO DA AUDITORIA:** pela legalidade do ato de reforma em apreço e concessão do respectivo registro.
5. **PARECER DA PROCURADORIA:** Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.
6. **VOTO DO RELATOR:** em harmonia com a manifestação do órgão Auditor e pronunciamento oral do representante do Ministério Público Especial, pela concessão de registro ao ato de reforma.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **deferir registro** ao ato de concessão de reforma de que se trata, tendo em vista a sua legalidade e adequação do valor à legislação disciplinadora da espécie.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE - Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa
João Pessoa, 30 de novembro de 2010.

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Presidente em exercício e Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público Especial